

PEDRO MIGUEL ALVES RIBEIRO CORREIA\*

INÊS OLIVEIRA ANDRADE DE JESUS\*\*

JOÃO ABREU DE FARIA BILHIM\*\*\*

## Comparação de normas de conduta dos trabalhadores da administração pública portuguesa: a tensão entre o tratamento de dados pessoais e os deveres éticos

### Resumo

A utilização crescente de sistemas de informação e comunicação enfatiza a problemática do uso de dados pessoais pela administração pública, sendo de questionar a que deveres éticos estão vinculados os trabalhadores em funções públicas quando acedem a informações relativas aos cidadãos. Nesta análise comparativa conclui-se que o sigilo profissional e a confidencialidade de dados pessoais são tratados, por regra, de forma indiferenciada, não havendo sensibilidade para as questões levantadas, em particular, pelo tratamento de dados pessoais na administração pública. A par disso, não existem mecanismos de implementação dos códigos de ética nem medidas de controlo e monitorização no que concerne, em especial, ao acesso a dados dos administrados através dos sistemas informáticos.

**Palavras-chave:** administração pública; dados pessoais; ética; códigos de ética; normas de conduta; enquadramento jurídico.

### Abstract

*The increased use of communication and information systems emphasizes the problem of the use of personal data by the public administration, and the ethical duties that bound workers in public service, when accessing information relating to citizens, must be questioned. In this comparative analysis it was concluded that the professional secrecy and confidentiality of personal data are treated, in general, in an undifferentiated manner, with no sensitivity to the issues raised, in particular, regarding the processing of personal data in public administration. In addition, there are no implementation mechanisms of codes of ethics or control and monitoring measures concerning, specifically, the access to data managed by means of computer systems.*

**Keywords:** public administration; personal data; ethics; codes of ethics; standards of conduct; legal framework.

---

\* Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas; Consultor da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça de Portugal; e-mail: pcorreia@iscsp.ulisboa.pt

\*\* Doutoranda em Ciências Sociais (Especialidade em Administração Pública) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Licenciada e Mestre em Direito pela Universidade Nova de Lisboa; Consultora da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça de Portugal; e-mail: ines.o.jesus@dgpj.mj.pt

\*\*\* Doutoramento em Ciências Sociais (Especialidade em Sociologia) no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; Professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas; Presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública; e-mail: bilhim@iscsp.ulisboa.pt